

No. 36686

**Brazil
and
Colombia**

**Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Colombia
concerning animal health in frontier areas. Bogotá, 16 July 1985**

Entry into force: *18 May 1994 by notification, in accordance with article 7*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 15 June 2000*

**Brésil
et
Colombie**

**Accord relatif à la santé animale dans les zones frontalières entre la République
fédérative du Brésil et la République de Colombie. Bogotá, 16 juillet 1985**

Entrée en vigueur : *18 mai 1994 par notification, conformément à l'article 7*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 15 juin 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA
COLOMBIA SOBRE SANIDADE ANIMAL EM ÁREAS DE FRONTEIRA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

Considerando o estabelecido no item 2 do Artigo II e no Artigo III do Convênio Interamericano de Sanidade Animal, firmado na cidade do Rio de Janeiro em 18 de julho de 1967;

Considerando, ademais, as recomendações emanadas da IV Reunião Ordinária da Comissão Sul-Americana de Luta contra a Febre Aftosa - CUSALFA, realizada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1977, na cidade do Rio de Janeiro, bem como as resoluções da X Reunião Inter-Americana, em nível ministerial, sobre o controle da Febre Aftosa e outras zoonoses - RICAZ-10, realizada em Washington, nos dias 14 a 17 de março do mesmo ano;

Desejando chegar a um acordo mútuo para um programa harmônico de sanidade animal em áreas de fronteira;

Declarando que as obrigações recíprocas serão cumpridas dentro de um espírito de cordial cooperação,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes se comprometem a elaborar e executar um programa coordenado de sanidade animal, destinado às áreas adjacentes à fronteira entre ambos os países, com o objetivo de lograr um melhor controle das enfermidades de animais, cooperação essa que se realizará dentro do quadro das normas legais e regulamentares de seus respectivos ordenamentos jurídicos.

ARTIGO 11

Para os fins da execução do programa coordenado a que se refere o Artigo precedente, as Partes Contratantes comprometem-se a:

- 1) coordenar as medidas que devam ser tomadas em ambos os países para combater e controlar as enfermidades nas regiões da fronteira;
- 2) prestar colaboração de caráter técnico nas atividades relacionadas com o controle de vacinas e produtos zooterápicos, diagnósticos, pesquisas e outras tarefas similares;
- 3) cooperar no aprimoramento recíproco de pessoal técnico, através dos serviços de capacitação existentes em cada um dos dois países;
- 4) realizar intercâmbio permanente de informações epizooticas, na região da fronteira, bem como de outras informações de interesse para o controle das enfermidades a que se refere este Acordo;
- 5) celebrar convênios especiais de ajuda recíproca, quando sejam indispensáveis, para o controle da situação sanitária, convênios esses que serão estudados e formulados no seio da Comissão Mista à que se refere o Artigo IV do presente instrumento;
- 6) solicitar, de comum acordo, a colaboração de suas instituições nacionais, bem como a de organismos internacionais, para a realização de atividades destinadas à implementação do presente Acordo;
- 7) examinar conjuntamente as normas que sejam ditadas em cada um dos dois países para a aplicação deste Acordo, com a finalidade de que o ajuste e revisão das mesmas contribuam ao melhor êxito dos objetivos assinalados.

ARTIGO III

Para maior eficácia das medidas tendentes a resolver os problemas que se apresentem na região da fronteira, em matéria de enfermidades dos animais, a ação coordenada das autoridades competentes de ambas as Partes Contratantes compreenderá o seguinte:

- 1) estreita e permanente coordenação das medidas destinadas ao controle sanitário do trânsito de animais em pé e de produtos derivados, através da fronteira comum;
- 2) sincronização das datas de vacinações e de qualquer outra atividade que se julgue conveniente, de conformidade com os propósitos deste Acordo, e que sejam desenvolvidas nas áreas de fronteira a que este se refere.

ARTIGO IV

1. As Partes Contratantes convêm em constituir, em caráter permanente, uma Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Sanidade Animal.

2. A Comissão a que se refere o parágrafo 1 será integrada, pela Parte brasileira, pelo Secretário da Secretaria de Defesa Sanitária Animal e pelo Diretor da Divisão de Profilaxia e Combate às Doenças da Secretaria de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura; e, pela Parte Colombiana, pelo Diretor Nacional de Criação de Gado do Ministério da Agricultura, pelo Diretor de Sanidade Animal do Instituto Colombiano Agropecuário e pelo Diretor da Campanha Nacional Antiaftosa do Instituto Colombiano Agropecuário.

ARTIGO V

A Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Sanidade Animal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, preferivelmente nas regiões de fronteira.

ARTIGO VI

A Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Sanidade Animal terá as seguintes funções:

- a) assessorar os respectivos Governos no quadro das atividades do presente Acordo;
- b) formular Plano de Ação destinado à implementação do programa coordenado de sanidade animal, a que se refere o Artigo 1 do presente Acordo;
- c) designar comissões técnicas regionais e especificar suas áreas de ação;
- d) avaliar as atividades de execução do presente Acordo e atualizar, periodicamente, as diretrizes formuladas no Plano de Ação referido na alínea a do presente Artigo;
- e) elaborar seu Regimento Interno.

ARTIGO VII

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das formalidades requeridas por seu ordenamento jurídico para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação.

ARTIGO VIII

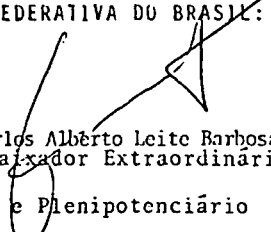
1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de três anos e será prorrogado automaticamente por iguais períodos.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado, a qualquer momento, mediante notificação de uma das Partes à outra, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data da respectiva notificação.

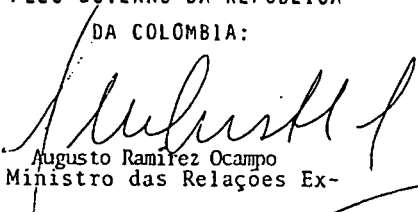
3. O presente Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes. As modificações entrarão em vigor na forma prevista no Artigo VII.

Feito em Bogotá, aos 16 dias do mês de julho de 1985, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPUBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:


Carlos Alberto Leite Barbosa
Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário

PELO GOVERNO DA REPUBLICA
DA COLOMBIA:


Augusto Ramirez Ocampo
Ministro das Relações Ex-
teriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DE COLOMBIA SOBRE SANIDAD ANIMAL EN AREAS DE FRONTERA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

Y

El Gobierno de la República de Colombia

CONSIDERANDO lo establecido en el ítem 2 del Artículo II y en el Artículo III del Convenio Interamericano de Sanidad Animal, firmado en la ciudad de Rio de Janeiro el 18 de julio de 1967;

CONSIDERANDO, además, las recomendaciones emanadas de la IV Reunión Ordinaria de la Comisión Suramericana de Lucha contra la Fiebre Aftosa - COSALFA, realizada los días 10 y 11 de febrero de 1977, en la ciudad de Rio de Janeiro, así como las resoluciones de la X Reunión Interamericana, a nivel ministerial, sobre el control de la Fiebre Aftosa y otras Zoonosis-RICAZ- 10, realizada en Washington los días 14 al 17 de marzo del mismo año;

DESEANDO llegar a un acuerdo mutuo para un programa armónico de sanidad animal en las áreas de frontera;

DECLARANDO que las obligaciones recíprocas serán cumplidas - dentro de un espíritu de cordial cooperación,

ACUERDAN lo siguiente:

ARTICULO 1o.- Las Partes Contratantes se comprometen a elaborar y ejecutar un programa coordinado de sanidad animal, destinado a las áreas adyacentes a la frontera entre ambos países, con el objeto de lograr un mejor control de las enfermedades de animales, cooperación que se realizará dentro del marco de las normas legales y reglamentarias de sus respectivas disposiciones jurídicas.

ARTICULO 2o.- Para fines de la ejecución del programa coordinado a que se refiere el Artículo anterior, las Partes Contratantes se comprometen a:

- 1) coordinar las medidas que deban ser tomadas en ambos países para combatir y controlar las enfermedades en las regiones de la frontera;

- 2) prestar colaboración de carácter técnico en las actividades relacionadas con el control de vacunas y productos zoterápicos, diagnósticos, investigaciones y otras tareas similares;
- 3) cooperar en el perfeccionamiento recíproco de personal técnico, a través de los servicios de capacitación existentes en cada uno de los dos países;
- 4) realizar intercambio permanente de informaciones epizooticas, en la región de la frontera, así como de otras informaciones de interés para el control de las enfermedades a que se refiere este Acuerdo;
- 5) celebrar convenios especiales de ayuda recíproca, cuando sean indispensables, para el control de la situación sanitaria, convenios que serán estudiados y formulados en el seno de la Comisión Mixta a que se refiere el Artículo IV del presente instrumento;
- 6) solicitar, de común acuerdo, la colaboración de sus instituciones nacionales, así como la de organismos internacionales, para la realización de actividades destinadas a la implementación del presente Acuerdo;
- 7) examinar conjuntamente las normas que sean dictadas en cada uno de los dos países para la aplicación de este Acuerdo, con el fin de que el ajuste y revisión de las mismas contribuya al mejor éxito de los objetivos señalados.

ARTICULO 3o.- Para mayor eficacia de las medidas tendientes a resolver los problemas que se presente en la región de la frontera en materia de enfermedades de los animales, la acción coordinada de las autoridades competentes de ambas Partes Contratantes comprenderá lo siguiente:

- 1) estrecha y permanente coordinación de las medidas destinadas al control sanitario del tránsito de animales en pie y de productos derivados, a través de la frontera común;
- 2) sincronización de las fechas de vacunación y de cualquier otra actividad que se juzgue conveniente, de conformidad con los propósitos de este Acuerdo y que sean desarrolladas en las áreas de la frontera a que él se refiere.

ARTICULO 4o.- 1. Las Partes Contratantes acuerdan constituir, con carácter permanente, una Comisión Mixta Brasilero - Colombiana de Sanidad Animal.

2. La Comisión a que se refiere el parágrafo 1 será integrada por la Parte Brasileña, por el Secretario de la Secretaría de Defensa Sanitaria Animal y por el Director de la División de Profilaxia y Combate a las Enfermedades de la Secretaría de Defensa Sanitaria Animal, del Ministerio de Agricultura y, por la Parte Colombiana por el Director Nacional de Ganadería del Ministerio de Agricultura, el Director de Sanidad Animal del Instituto Colombiano Agropecuario y el Director de la Campaña Nacional Antiaftosa del Instituto Colombiano Agropecuario.

ARTICULO 5o.- La Comisión Mixta Brasilero - Colombiana de Sanidad Animal se reunirá ordinariamente una vez por año y, extraordinariamente, siempre que fuere necesario, de preferencia en las regiones de la frontera.

ARTICULO 6o.- La Comisión Mixta Brasilero - Colombiana de Sanidad Animal tendrá las siguientes funciones:

- a) Asesorar a los respectivos Gobiernos en el marco de las actividades del presente Acuerdo;
- b) formular el Plan de Acción destinado a la implementación del programa coordinado de sanidad animal, a que se refiere el Artículo I del presente Acuerdo;
- c) designar comisiones técnicas regionales y especificar sus áreas de acción;
- d) evaluar las actividades de ejecución del presente Acuerdo y actualizar periódicamente las directrices formuladas en el Plan de Acción referido en el inciso a del presente Artículo;
- e) elaborar su Reglamento Interno.

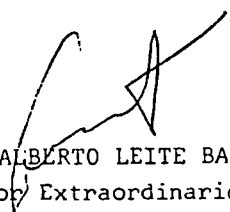
ARTICULO 7o.- Cada una de las Partes Contratantes notificará a la otra sobre el cumplimiento de las formalidades requeridas por sus disposiciones jurídicas para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor en la fecha de la segunda notificación.

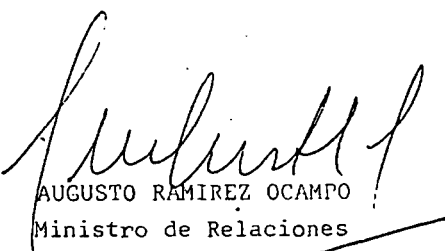
- ARTICULO 8o.- 1. El presente Acuerdo tendrá duración de tres años y será prorrogado automáticamente por iguales períodos.
2. El presente Acuerdo podrá ser denunciado a cualquier momento, mediante notificación de una de las Partes a la otra, por vía diplomática. La denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha de la respectiva notificación.
3. El presente Acuerdo podrá ser modificado por mutuo consentimiento de las Partes, las modificaciones entrarán en vigor en la forma prevista en el Artículo VII.

Hecho en Bogotá a los diez y seis días del mes de de 1985, en dos ejemplares, en los idiomas portugués y español, siendo los dos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COLOMBIA


CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario


AUGUSTO RAMIREZ OCAMPO
Ministro de Relaciones
Exteriores

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE REPUBLIC OF COLOMBIA ON ANIMAL HEALTH IN FRONTIER
AREAS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia,

Considering the provisions of article II, paragraph 2, and article III of the Inter-American Agreement on Animal Health, signed at Rio de Janeiro on 18 July 1967,

Further considering the recommendations of the IVth Regular Meeting of the South American Commission for Combating Foot and Mouth Disease (COSALFA) held on 10 and 11 February 1997 in the city of Rio de Janeiro, as well as the resolutions of the Xth Inter-American Meeting, at the Ministerial Level, relating to the Control of Foot and Mouth Disease and other Zoonoses (RICAZ-10), held from 14 to 17 March of the same year in Washington, D.C.,

Desirous of reaching mutual agreement on a coordinated animal health programme in the frontier areas,

Declaring their intent to fulfil their reciprocal obligations in a spirit of cordial cooperation,

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties undertake to draw up and carry out a coordinated animal health programme for the areas bordering on the frontier between the two countries, for the purpose of achieving better animal disease control. This cooperation shall take place within the framework of their respective laws and regulations

Article II

With a view to implementing the coordinated programme referred to in the preceding article, the Contracting Parties undertake to:

- (1) Coordinate the measures to be taken in both countries to combat and control diseases in the frontier areas;
- (2) Afford each other technical cooperation in activities relating to the control of veterinary vaccines and products, diagnosis, research and other related matters;
- (3) Cooperate in the training of each other's technical staff, making use of existing training facilities in the two countries;
- (4) Exchange, on a permanent basis, information on outbreaks of animal disease in the frontier areas and other information relevant to the control of the diseases covered by this Agreement;

(5) Conclude, as and when necessary, special agreements on mutual assistance in monitoring the health situation, to be studied and drafted in the Joint Commission referred to in article IV of this instrument;

(6) Request the collaboration of national and international agencies in carrying out the activities for executing this Agreement, provided both Parties agree;

(7) Jointly examine the provisions enacted in each of the two countries in the execution of this Agreement for the purpose of adjusting and revising them so as better to achieve the above-mentioned objectives.

Article III

With the aim of increasing the effectiveness of measures to solve problems relating to animal diseases which may arise in the frontier areas, the coordinated action of the competent authorities of the two Contracting Parties shall include the following:

(1) Close and continuous coordination of measures aimed at the inspection of live animals and animal products crossing the frontier between the two countries;

(2) Synchronization of the dates for vaccination and any other activity deemed useful for the achievement of the purposes of this Agreement to be carried out in the relevant frontier areas.

Article IV

(1) The Contracting Parties hereby agree to set up a Brazilian-Colombian Joint Commission on Animal Health.

(2) The Commission referred to in paragraph 1 shall have the following membership: for Brazil, the Secretary for Animal Health Protection and the Director of the Division for Disease Prevention and Control of the Secretariat for Animal Health Protection of the Ministry of Agriculture; and for Colombia, the National Director of Livestock of the Ministry of Agriculture, the Director of Animal Health of the Colombian Agricultural Institute, and the Director of the National Foot-and-Mouth Control Campaign of the Colombian Agricultural Institute.

Article V

The Brazilian-Colombian Joint Commission on Animal Health shall normally meet once a year and shall hold extraordinary meetings whenever necessary, preferably at a venue in the frontier region.

Article VI

The Brazilian-Colombian Joint Commission on Animal Health shall have the following functions:

(a) To advise the two Governments on activities relating to this Agreement;

- (b) To formulate a plan of action for the execution of the coordinated animal health programme referred to in article I of this Agreement;
- (c) To appoint regional technical commissions and specify their areas of activity;
- (d) To evaluate the activities for executing this Agreement and regularly bring the guidelines laid down in the plan of action referred to in paragraph (a) of this article up to date;
- (e) To draw up its rules of procedure.

Article VII

Each of the Contracting Parties shall notify the other of the fulfilment of the formalities required under its legal system for approval of this Agreement, which shall enter into force on the date of the second notification.

Article VIII

(1) This Agreement shall remain in force for a period of three years and shall be extended automatically for further three-year periods.

(2) This Agreement may be denounced at any time, provided that one of the Parties so notifies the other through the diplomatic channel. The denunciation shall take effect six months from the date of notification.

(3) This Agreement may be amended by mutual agreement of the Parties, and the amendments shall enter into force in the manner set forth in article VII.

Done at Bogotá on 16 July 1985 in two copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary

For the Government of the Republic of Colombia:

AUGUSTO RAMÍREZ OCAMPO
Minister of External Relations

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA
RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE RELATIF À LA SÉCURITÉ ZOOSANI-
TAIRE DANS LES RÉGIONS FRONTALIÈRES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie,

Considérant les dispositions qui figurent au paragraphe 2 de l'article II et à l'article III de l'Accord interaméricain relatif à la santé animale, signé à Rio de Janeiro le 18 juillet 1967;

Considérant en outre les recommandations de la quatrième Réunion ordinaire de la Commission sud-américaine de lutte contre la fièvre aphteuse (COSALFA), qui s'est tenue les 10 et 11 février 1977 à Rio de Janeiro, et les résolutions adoptées à la dixième Réunion interaméricaine, au niveau ministériel, pour la lutte contre la fièvre aphteuse (RICAZ-10), qui a eu lieu à Washington du 14 au 17 mars de la même année;

Souhaitant parvenir à un accord au sujet de la mise en oeuvre d'un programme homogène relatif à la sécurité zoosanitaire dans les régions frontalières;

Déclarant qu'ils s'acquitteront de leurs obligations réciproques dans un esprit de cordiale coopération;

Convienent comme suit :

Article premier

Afin de combattre plus efficacement les maladies des animaux, les Parties contractantes s'engagent à élaborer et à mettre en oeuvre un programme coordonné de sécurité zoosanitaire destiné aux régions adjacentes à la frontière entre les deux pays; cette coopération s'exercera dans le cadre des lois et règlements propres à l'ordre juridique de chacun des deux pays.

Article II

Aux fins de l'exécution du programme coordonné dont il est question à l'article précédent, les Parties contractantes s'engagent à :

1) Coordonner les mesures à prendre dans les deux pays en vue de combattre et maîtriser les maladies des animaux dans les régions frontalières;

2) Apporter une collaboration d'ordre technique aux activités relatives au contrôle des vaccins et des produits zoothérapeutiques ainsi qu'aux diagnostics, recherches et autres tâches connexes;

3) Coopérer, par l'intermédiaire des services compétents de chacun des deux pays, à la formation réciproque de personnel technique;

4) Échanger en permanence des informations épizootiques dans les régions frontalières, ainsi que d'autres renseignements intéressant la lutte contre les maladies qui font l'objet du présent Accord;

5) Conclure les accords spéciaux d'entraide éventuellement indispensables en vue de maîtriser la situation sanitaire, lesquels accords seront étudiés et formulés au sein de la Commission mixte dont il est question à l'article IV du présent instrument;

6) Solliciter d'un commun accord la collaboration de leurs institutions nationales et d'organismes internationaux en vue de réaliser des activités destinées à la mise en oeuvre du présent Accord;

7) Examiner de concert les normes qui, dans chacun des deux pays, seront promulguées pour l'application du présent Accord, afin que leur mise à jour et leur révision contribuent à une plus complète réalisation des objectifs énoncés.

Article III

Afin de renforcer l'efficacité des mesures prises en vue de résoudre les problèmes qui se posent dans les régions frontalières en matière zoosanitaire, les autorités compétentes coordonnent leur action dans les domaines suivants :

1) Coordination étroite et constante des mesures de contrôle sanitaire appliquées aux animaux vivants et aux produits qui franchissent la frontière entre les deux pays;

2) Synchronisation des dates de vaccination et de toute autre activité jugée appropriée, conformément aux buts du présent Accord, qui sont réalisées dans les régions frontalières qui sont l'objet dudit Accord.

Article IV

1. Les Parties contractantes conviennent de créer une Commission mixte zoosanitaire Brésil-Colombie.

2. La Commission dont il est question au paragraphe I est composée : pour la Partie brésilienne, du Secrétaire à la protection zoosanitaire et du Directeur de la Division de prophylaxie et d'épidémiologie du Secrétariat à la protection zoosanitaire du Ministère de l'agriculture; et, pour la Partie colombienne, du Directeur national de l'élevage du Ministère de l'agriculture, du Directeur de l'hygiène vétérinaire de l'Institut colombien de l'agriculture et de l'élevage et du Directeur de la campagne nationale de lutte contre la fièvre aphteuse de l'Institut colombien de l'agriculture et de l'élevage.

Article V

La Commission mixte zoosanitaire Brésil-Colombie se réunit en session ordinaire une fois par an et en session extraordinaire en tant que de besoin, de préférence dans une région frontalière.

Article VI

La Commission mixte zoosanitaire Brésil-Colombie a les attributions suivantes :

- a) Fournir des avis consultatifs à chacun des Gouvernements dans le cadre des activités visées au présent Accord;
- b) Élaborer un plan d'action pour la mise en oeuvre du programme coordonné de sécurité zoosanitaire dont il est question à l'article premier du présent Accord;
- c) Désigner des commission techniques régionales et définir leur domaine d'action;
- d) Évaluer les activités d'exécution du présent Accord et mettre à jour périodiquement les lignes directrices formulées dans le plan d'action dont il est question à l'alinéa a) du présent article;
- e) Élaborer son règlement intérieur.

Article VII

Chacune des Parties contractantes notifie à l'autre l'accomplissement des formalités juridiques internes nécessaires à l'approbation du présent Accord, lequel entre en vigueur à la date où est reçue la deuxième notification.

Article VIII

1. Le présent Accord, conclu pour trois ans, est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes successives d'égale durée.

2. L'une des Parties contractantes peut dénoncer le présent Accord à tout moment en adressant à l'autre une notification par la voie diplomatique. La dénonciation déploie ses effets six mois après la date de ladite notification.

3. Le présent Accord peut être modifié du consentement mutuel des Parties. Les modifications entrent en vigueur comme en dispose l'article VII.

Fait à Bogota le 16 juillet 1985, en deux exemplaires, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
L'Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire,
CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA

Pour le Gouvernement de la République de Colombie :
Le Ministre des relations extérieures,
AUGUSTO RAMÍREZ OCAMPO